

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 14/XV/ 1.ª SL

Aos vinte dias do mês de julho de 2022, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte – 10h00

Audição do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), a requerimento do PSD, sobre a afetação das suas verbas ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado.

II Parte – 11h15

Audição do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), a requerimento do PSD, sobre afetação de verbas do FEFSS.

III Parte – 12h30

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 13, de 13 de julho de 2022;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:

- [Proposta de Lei n.º 17/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Assegura uma majoração de 2% nos apoios sociais da segurança social atribuídos aos residentes nas Regiões Autónomas, através da alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social;

Relatora: Deputada Marta Freitas (PS)

- [Projeto de Lei n.º 67/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, para reforçar a proteção dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho);

Relatora: Deputada Clara Marques Mendes (PSD)

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), sobre a ausência de publicação dos relatórios de atividade desde 2019;

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) sobre o Relatório Anual de Avaliação da Atividade de 2021.

5. Outros assuntos.
-



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 14/XV/ 1.ª SL

Aberta a reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia.

I Parte – 10h00

Audição do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), a requerimento do PSD, sobre a afetação das suas verbas ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado.

A Senhora Presidente começou por saudar o Dr. José Vidrigo, Presidente do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, agradecendo-lhe a presença em Comissão, tendo, de seguida, enquadrado o objeto da audição.

Em primeiro lugar, usou da palavra a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), para apresentar o [requerimento](#) que motivou a realização daquela audição. Seguiu-se uma intervenção inicial por parte do Dr. José Vidrigo.

Na ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, usaram da palavra as Senhoras Deputadas Alexandra Tavares de Moura (PS) e Joana Barata Lopes (PSD) e os Senhores Deputados Jorge Galveias (CH) e José Moura Soeiro (BE). O Dr. José Vidrigo respondeu, a final, ao conjunto das intervenções.

Antes de interromper os trabalhos, a Senhora Presidente despediu-se do Dr. José Vidrigo, agradecendo-lhe a presença, novamente, e todos os esclarecimentos prestados.

A [audição](#) foi gravada em [suporte vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

II Parte – 11h15

Audição do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), a requerimento do PSD, sobre afetação de verbas do FEFSS.

Após um breve intervalo, a Senhora Presidente deu início à segunda audição do dia, cumprimentando o Dr. Diogo Faria, Presidente do Conselho de Administração (CA) da Fundiestamo - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S. A.,



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 14/XV/ 1.ª SL

responsável pela gestão do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE). Depois de enquadrar o objeto desta audição no já mencionado [requerimento do GP do PSD](#) e explicitar a metodologia a seguir, deu novamente a palavra à Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), que expôs os respetivos fundamentos, respondendo o Senhor Presidente do CA da Fundiestamo logo de seguida.

Na ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, usaram da palavra a Senhora e os Senhores Deputados Jorge Gabriel Martins (PS), Márcia Passos (PSD), Jorge Galveias (CH) e José Moura Soeiro (BE), respondendo o Senhor Presidente do CA da Fundiestamo, no final, ao conjunto das questões colocadas.

A Senhora Presidente deu por concluída a reunião, agradecendo os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente do CA da Fundiestamo.

A [audição](#) foi gravada em [suporte vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

III Parte – 12h30

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 13, de 13 de julho de 2022;

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH e da IL.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Neste ponto, a Senhora Presidente informou que não haviam baixado à Comissão novas iniciativas.

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:
- [Proposta de Lei n.º 17/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Assegura uma majoração de 2% nos apoios sociais da segurança social atribuídos aos residentes nas Regiões Autónomas, através da alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social;

Relatora: Deputada Marta Freitas (PS)

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 14/XV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Marta Freitas (PS), na qualidade de relatora, apresentou o [parecer](#) sobre a proposta de lei *supra* identificada, referindo-se ao seu objeto e motivação, bem como aludindo às consultas obrigatórias às regiões autónomas, e concluindo pela verificação dos requisitos regimentais e constitucionais necessários à sua apreciação pelo plenário. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do Grupo Parlamentar da IL.

- [Projeto de Lei n.º 67/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, para reforçar a proteção dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho);

Relatora: Deputada Clara Marques Mendes (PSD)

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o [parecer](#), da sua autoria, sobre o projeto de lei mencionado em epígrafe, dando nota dos principais aspetos da iniciativa legislativa e concluindo pela verificação dos requisitos regimentais e constitucionais necessários à sua apreciação pelo plenário. A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) cumprimentou a relatora pelo parecer. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do Grupo Parlamentar da IL.

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento, [apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD](#), para audição da Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) sobre o Relatório Anual de Avaliação da Atividade de 2021.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o [requerimento](#), recordando que o acompanhamento da atividade da CPCJ integrava a órbita de competências da CTSSI, bem como da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG), designadamente, através da realização periódica de audições. Nesse sentido, agora que era conhecido o relatório da atividade de 2021, e considerando os dados preocupantes que haviam sido revelados, defendeu que era o momento para a realização de uma audição nos termos propostos no requerimento. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) declarou que o seu Grupo Parlamentar acompanharia o requerimento em debate, salientando, contudo, que a audição da CPCJ naquele contexto decorria das competências da Comissão, considerando não ser

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 14/XV/ 1.ª SL

necessário a aprovação de um requerimento para o efeito. Em resposta, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) afirmou estar de acordo com o entendimento expresso pelo Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), não obstante, disse que o requerimento surgia como incentivo ao agendamento da audição, que, até aquele momento, ainda não tinha ocorrido. Acrescentou igualmente que a audição devia ser realizada em conexão com a CACDLG. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do Grupo Parlamentar da IL.

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), sobre a ausência de publicação dos relatórios de atividade desde 2019;

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) apresentou o [requerimento](#), frisando a relevância do papel da ACT na fiscalização do cumprimento da legislação laboral, e notando que, desde 2019, não eram publicados os respetivos relatórios de atividade, apesar do reforço dos meios humanos e técnicos que tinha ocorrido nos últimos anos e de existir uma obrigação legal nesse sentido. Assim, afirmou que o Grupo Parlamentar do PSD via como premente a necessidade de ouvir a ACT quanto à sua atividade, bem como ver publicados os relatórios sobre a mesma. No final, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do Grupo Parlamentar da IL.

5. Outros assuntos.

No ponto reservado a outros assuntos, o Deputado Fernando José (PS), na qualidade de coordenador do [GT – Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno](#), anunciou a intenção de dar início à atividade do grupo de trabalho logo que os trabalhos parlamentares fossem retomados, em setembro, sendo para tal necessário que se fechasse a sua composição, pelo que questionava se já era possível ao Grupo Parlamentar do PSD indicar os Deputados que iriam integrar o grupo de trabalho. Na sequência da questão levantada pelo Senhor Deputado Fernando José (PS), o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) informou que, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, iriam integrar o referido Grupo de Trabalho ele próprio e a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), sendo ainda indicada como suplente a Senhora Deputada Helga Correia (PSD). Aproveitou a oportunidade para, nos mesmos termos, indicar como membros do [GT – Ordens Profissionais](#) as Senhoras Deputadas

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 14/XV/ 1.ª SL

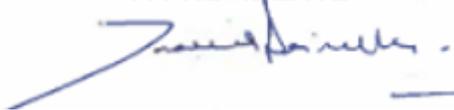
Mónica Quintela (PSD) e Emília Cerqueira (PSD), indicando como suplente a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD). Na sua intervenção, deu nota de que a indicação de membros suplentes se devia à previsão de uma atividade intensa em ambos os grupos de trabalho, que lhe parecia justificar a integração de um número de Deputados que pudesse corresponder da melhor forma a esse nível de exigência. A esse propósito, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) expressou o seu entendimento no sentido de a possibilidade de indicar suplentes ser concedida a todos os grupos parlamentares, frisando, sem prejuízo, que não existia impedimento a que qualquer Deputado, mesmo não sendo membro de um grupo de trabalho, pudesse participar nos seus trabalhos. O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) usou novamente da palavra para sugerir que o GT – Ordens Profissionais fosse constituído em conexão com a CACDLG.

Antes de concluir a reunião, a Senhora Presidente informou que, em princípio, a primeira reunião da Comissão após a suspensão dos trabalhos parlamentares seria agendada para o dia 7 de setembro e despediu-se de todos os presentes, deixando votos de boas férias.

A reunião foi encerrada às 12 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de setembro de 2022.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 14/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares De Moura (PS)
Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
Diana Ferreira (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Francisco César (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Lina Lopes (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Márcia Passos (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Gilberto Anjos (PS)